

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2011. As Demonstrações Financeiras completas, com o relatório dos auditores independentes, estão à disposição dos acionistas na sede da companhia à Rua Alfredo Dummont Villares nº 155 - Sumaré-SP.

Sumaré, 27 de maio de 2011

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Março de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2011	2010 (Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	159.838	84.201
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	128.232	105.066
Partes relacionadas	8	21.664	8.966
Estoques	9	191.503	162.828
Impostos a recuperar	10	9.952	8.026
		511.189	369.087
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	2.095	6.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	49.743	43.899
Investimentos	12	11.574	12.068
Imobilizado	13	482.918	491.962
Intangível	14	19.034	18.968
		565.364	573.019
		1.076.553	942.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados e Outros Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Março de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2011	2010
Receita operacional líquida	22	745.953	476.338
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(602.845)	(426.470)
Lucro bruto		143.108	49.868
Despesas de vendas	24	(23.265)	(26.610)
Despesas administrativas e gerais	25	(62.001)	(50.071)
Outras despesas operacionais	26	(12.093)	(10.816)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, e equivalência patrimonial		45.749	(37.629)
Receitas financeiras		23.822	29.516
Despesas financeiras		(46.699)	(41.755)
Resultado financeiro líquido	27	(22.877)	(12.239)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(21)	(1.760)
Resultado antes dos impostos		22.851	(51.628)
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	3.814	(13.745)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.607)	31.461
Resultado líquido das operações		25.058	(33.912)
Outros resultados abrangentes:			
Ajustes de avaliação patrimonial		(473)	(3.582)
Resultados abrangentes totais		24.585	(37.494)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Março de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)			
	2011	2010	(Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	22.851	(51.628)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	35.947	34.014	
Juros sobre financiamentos e empréstimos	30.570	22.848	
Resultado na venda de ativos imobilizados	8.254	12.195	
Provisões para contingências	(1.570)	(8.372)	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.279)	5.827	
Ajuste a valor presente	415	977	
Equivalência patrimonial	21	1.760	
	95.209	17.621	
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes e outros créditos	(22.302)	16.289	
(Aumento) redução nos estoques	(28.675)	24.618	
Redução em impostos a recuperar	2.101	22.440	
(Aumento) redução em contas a receber de partes relacionadas	(12.698)	22.297	
(Aumento) de depósitos judiciais	(175)	(6)	
(Aumento) redução de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.607)	31.461	
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	73.498	(124.810)	
(Redução) em contas a pagar a partes relacionadas	(623)	(702)	
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	2.631	(8.593)	
Aumento em salários e férias a pagar	7.323	3.974	
Aumento de imposto de renda e contribuição social a pagar	-	2.847	
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(26.124)	(19.525)	
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.814)	(13.745)	
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	84.744	(25.834)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(35.223)	(45.221)	
Redução em investimento por ajuste de avaliação patrimonial	473	3.582	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(34.750)	(41.639)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprios	-	(3.582)	
Aumento de financiamentos e empréstimos	25.643	130.744	
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	25.643	127.162	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	75.637	59.689	
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril de 2010	84.201	24.512	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2011	159.838	84.201	
	75.637	59.689	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de março de 2009	438.877	3.672	20.277	59.563	-	522.389
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(33.912)	-	(33.912)
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 20)	-	-	-	-	(3.582)	(3.582)
Saldos em 31 de março de 2010	438.877	3.672	20.277	25.651	(3.582)	484.895
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.058	-	25.058
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 20)	-	-	-	-	(473)	(473)
Destinações:						
Reserva legal	-	-	687	(687)	-	-
Dividendos pagos aos acionistas	-	-	-	(131)	-	(131)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(11.316)	-	(11.316)
Saldos em 31 de março de 2011	438.877	3.672	20.964	38.575	(4.055)	498.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Março de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)						
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--

1. Contexto operacional: A Villares Metals S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado que se dedica, predominantemente, à produção e comercialização de aços especiais, principalmente de alta liga, produzidos em sua unidade industrial na cidade de Sumaré, estado de São Paulo. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Sociedade em 27 de maio de 2011. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras quanto a contabilização e classificação de arrendamento mercantil estão incluídas na nota explicativa de Empréstimos e financiamentos. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 7 - provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 9 - provisão para redução ao valor de mercado dos estoques; • Nota 11 - ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota 19 - provisão para contingências. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** *i. Transações em moeda estrangeira:* Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Sociedade na taxa de câmbio das datas de cada transação. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Ganhos ou perdas cambiais resultantes dessas transações são reconhecidos na demonstração de resultados nos grupos de receitas e despesas financeiras. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. *ii. Operações no exterior:* Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando uma operação no exterior é alienada, o valor pertinente da conversão registrado em conta de reserva de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação. **b. Instrumentos financeiros:** *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo líquido. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outras contas a receber. *ii. Passivos financeiros não derivativos:* A Sociedade reconhece títulos de dívida inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Imobilizado:** *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável. A Sociedade não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *ii. Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade, referem-se substancialmente a softwares, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o exercício corrente é de 1 a 18 e para o exercício comparativo é de 5 anos. **e. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui os gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (impairment): *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Sociedade sobre condições de que a Sociedade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Sociedade considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor estimado de recuperação. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A administração da Sociedade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de março de 2011 e 2010. **h. Benefícios a empregados:** *i. Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. *ii. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *i. Provisões:* Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **j. Receita operacional:** *i. Venda de bens:* A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem substancialmente as variações monetárias sobre impostos a recuperar e receitas com juros de mútuos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Despesas financeiras compreendem substancialmente as despesas com juros de financiamentos e empréstimos. Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são

compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Em 31 de março de 2011 e 2010 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e recebíveis" e "Passivos financeiros à custo amortizado" que são registrados pelo método de custo amortizado que abrangem principalmente caixa e equivalente de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos - partes relacionadas da Sociedade. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC nº 40 para esses casos a divulgação do valor justo não são exigidas. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Sociedade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade. A Sociedade, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que a Sociedade efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. A Sociedade estabelece uma provisão para a redução do valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e câmbio incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Sociedade adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações das taxas de juros e câmbios, visando minimizar eventuais riscos. A entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade. O objetivo da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Conselho de Administração Robert Bauer - Horst Königslehner - Franz Rotter Sabine Kelmayr-Tippow - Herbert Belada Reinhard Nöbauer	Diretoria Harry Grandberg - Diretor Presidente Edson Mendes Vieira - Diretor Industrial Herwig Petschenig - Diretor Comercial Michael Kerner - Diretor Administrativo Financeiro
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Responsável Técnico José Augusto de Oliveira Ferreira Contador - CRC 1R.J025029/O-0™ SP
